

INCLUSÃO: UM RELATO OBSERVACIONAL DE BOLSISTAS DO PIBID EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PELOTAS

JÚLIA WEEGE BRAHM¹; MARIANA LEAL DUARTE²; CHRISTIAN PERES DA COSTA³; MARCELO SILVA DA SILVA⁴:

¹Universidade Federal de Pelotas – juliawbrahm@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marianalealduarte@gmail.com

³EMEF. Maria Helena Vargas da Silveira – christianescola92@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – marcelosilva.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), de acordo com Artigo 1º da Portaria No 83/2022 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma iniciativa do Ministério da Educação que busca incentivar a formação de professores da educação básica em nível superior, promovendo a inserção de estudantes de licenciatura no cotidiano das escolas públicas. O programa concede bolsas a Instituições de Ensino Superior (IES), que selecionam licenciandos, professores da rede pública e docentes das IES para atuarem em projetos que unem teoria e prática pedagógica.

Entre os objetivos do PIBID estão o fortalecimento dos cursos de licenciatura, a valorização das escolas públicas como espaços formativos, a integração entre educação básica e superior, e o incentivo à pesquisa, extensão e inovação pedagógica. O programa contribui diretamente para a melhoria da qualidade da educação básica e para a construção da identidade profissional dos futuros docentes.

Ao participar do programa, nós bolsistas de educação física do PIBID/UFPEl em uma escola da rede municipal, no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, ao longo dos primeiros meses nos deparamos com diversas dificuldades do cotidiano educacional, dentre elas destacamos a inclusão dos alunos laudados, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal no reconhecimento e na promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Seu objetivo principal, conforme disposto no Art. 1º, é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício pleno dos direitos e das liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência, garantindo sua inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

A inclusão escolar se refere à garantia de acesso, permanência e participação dos cidadãos no sistema educacional, com o objetivo de tornar a

educação mais acessível e trazendo a equidade para o âmbito escolar, respeitando as diferenças de cada aluno. Nesse contexto, é fundamental considerar deficiências físicas ou motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, transtornos do espectro autista (TEA), bem como outras condições sociais, emocionais e psíquicas que impactam diretamente a forma como o processo de ensino-aprendizagem deve ser conduzido. Tais condições são reconhecidas como necessidades educacionais especiais (NEE), exigindo adaptações pedagógicas e curriculares que assegurem o direito à aprendizagem e à participação plena no ambiente escolar (MENEZES,[s.d.]).

Mediante isto, o presente trabalho tem o objetivo de relatar o contexto observado sobre o processo de inclusão de alunos “laudados”, as possibilidades e dificuldades desse processo a partir das percepções dos profissionais da escola, quais as intervenções realizadas por eles e como é a participação destes alunos nas aulas.

2. ATIVIDADES OBSERVADAS

Durante nossa visita à escola da rede municipal, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas aulas ministradas por professores auxiliares e enriquecer nosso relato por meio de conversas com profissionais da instituição. Buscamos compreender como a escola lida com a educação de alunos que possuem laudo. Em um relato registrado em nosso diário de campo, foram mencionadas diversas dificuldades enfrentadas no dia a dia, entre elas, a falta de estrutura física adequada. A escola possui um espaço reduzido e atende a uma grande demanda de estudantes do bairro, além de receber alunos remanejados de outras unidades escolares.

Em uma das visitas realizadas, observamos a atuação de um professor auxiliar, que naquele dia, estava responsável por acompanhar uma aluna com laudo. O profissional caminhava com a aluna pela escola, enquanto ela utilizava o celular. Apesar de o uso de celulares ser proibido na instituição, foi aberta uma exceção nesse caso em específico, como o dessa aluna, que apresenta grande dificuldade na comunicação e se mostra bastante inquieta, não conseguindo permanecer em sala. Ela costuma circular pela escola mexendo no telefone, e a função do professor é acompanhá-la e garantir que fique segura e não se machuque.

No dia em questão tivemos uma conversa informal com dois professores sobre o tema: inclusão. Um deles era o professor auxiliar, que acompanhamos enquanto ele cuidava de uma aluna até a chegada dos pais da menina. A conversa começou nos corredores e se estendeu até a sala dos professores, onde encontramos uma docente de outra disciplina que estava em seu intervalo e também participou de uma troca de experiências conosco. Durante a troca, foi mencionada a falta de capacitação dos profissionais para lidar com alunos atípicos. A professora compartilhou o exemplo de uma aluna do quinto ano que apresenta grande dificuldade na escrita, confundindo letras com números. No entanto, relatou com alegria, que naquele dia em questão aplicou uma prova e a menina escreveu por toda folha, inclusive seu nome, o que para ela enquanto educadora, foi uma grande conquista. Também foi citada a escassez de recursos humanos e materiais por parte do Governo, como a baixa quantidade de

professores auxiliares, que sobrecarrega os outros, em um caso há quatro alunos com laudo em uma única sala, e apenas uma professora auxiliar para cuidá-los, um deles com uma palma muito alta, que em alguns momentos precisa ser retirado de sala, pois como o som é muito alto acaba incomodando os outros colegas. Em relação a recursos materiais, foi citada a antiga sala de recursos que foi transformada em uma nova sala de pré, essa mudança se deu em função do aumento do número de alunos remanejados e da responsabilidade do município sobre o ensino fundamental, o que gerou a necessidade da abertura de uma nova turma.

Em meio ao relato foi mencionado pelos professores como a interferência dos pais acaba os deixando “perdidos” em como agir com as crianças. Professores foram citados e também vistos até mesmo como “babás” das crianças já que não tem orientação e nem autonomia para a forma com a qual as ensinam.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as atividades observadas expostas, considera-se que a presente escola, professores e funcionários não possuem preparação adequada para lidar com alunos com laudo, os mesmos deveriam ter formações continuadas, para evitar a sobrecarga e, o apoio governamental para a distribuição de recursos didáticos e estrutura adequada.

Apesar das dificuldades apresentadas, é vista grande dedicação por parte dos profissionais, que buscam um ambiente mais acolhedor e seguro para os alunos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Educação Inclusiva: construindo sistemas educacionais inclusivos*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MENEZES, Pedro. *O que é Inclusão Escolar: conceito e desafios*. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/inclusao-escolar-conceito-desafios/>. Acesso em: 20 jul. 2025.